



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
QUARTA CÂMARA**

Processo n° 10510.000019/2004-91
Recurso n° 143.195 Voluntário
Matéria IRPF - Ex(s): 1999
Acórdão n° 104-22.937
Sessão de 22 de janeiro de 2008
Recorrente ORLANDO RODRIGUES DOS SANTOS
Recorrida 3ª TURMA/DRJ-SALVADOR/BA

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF

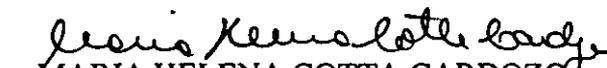
Exercício: 1999

RESTITUIÇÃO DE IMPOSTO RETIDO NA FONTE SOBRE PDV - JUROS SELIC - TERMO INICIAL DE APLICAÇÃO - RETENÇÕES EFETUADAS A PARTIR DE JANEIRO DE 1996 - Imposto retido na fonte sobre indenização recebida por adesão a PDV não se caracteriza como antecipação do devido na declaração, mas como pagamento indevido. Assim, a taxa SELIC deve incidir a partir do mês da retenção, se esta houver ocorrido de janeiro de 1996 em diante.

Recurso provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por ORLANDO RODRIGUES DOS SANTOS.

ACORDAM os Membros da Quarta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.


MARIA HELENA COTTA CARDOZO

Presidente


PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA

Relator

FORMALIZADO EM: 11 MAR 2008

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Nelson Mallmann, Heloísa Guarita Souza, Gustavo Lian Haddad, Antonio Lopo Martinez, Renato Coelho Borelli (Suplente convocado) e Remis Almeida Estol. *gl*

Relatório

ORLANDO RODRIGUES DOS SANTOS solicitou por meio da petição de fls. 01/02 o pagamento da diferença da atualização monetária referente à restituição de Imposto de Renda retido sobre verba recebidas a título de incentivo por adesão a Programa de Demissão Voluntária - PDV. Aduz, em síntese, que ao pagar a restituição, a Fazenda Nacional considerou como termo inicial para a incidência dos juros o mês previsto para a entrega da declaração de rendimentos e reivindica que esse tenha como base a data da retenção do imposto, no caso, abril de 1999.

A Delegacia da Receita Federal em Aracaju/SE indeferiu o pedido com base, em síntese, na consideração de que a orientação normativa da Receita Federal é no sentido de que a restituição de imposto incidente sobre verbas recebidas a título de adesão a PDV deve ser pleiteada mediante apresentação de DIRPF e que o art. 896 do RIR/99 prevê que a incidência de juros SELIC para a restituição de imposto, apurada em declaração, deve se dar a partir da data prevista para a entrega da declaração (fls. 09/12).

O Contribuinte apresentou a manifestação de inconformidade de fls. 16/18 na qual aduz, em síntese, que o processo versa sobre imposto retido indevidamente pela fonte pagadora e que a doutrina e a jurisprudência são no sentido de que o termo inicial de incidência dos juros, nesses casos, deve ser a data do pagamento indevido que, no caso, ocorreu quanto da retenção do imposto.

A DRJ-SALVADOR/BA indeferiu o pedido sob o fundamento de que, considerando as circunstâncias em que a Fazenda Nacional dispensou a constituição de crédito tributário relativo ao PDV e permitiu a restituição dos pagamentos indevidos incidentes sobre as referidas verbas, estas não perderam sua natureza de rendimentos tributáveis e a forma de sua restituição não deixou de ser feita através da declaração de ajuste anual. Assim, conclui, os acréscimos de juros devem se processar de acordo com as regras previstas para a restituição de valores apurados na declaração.

Cientificado da decisão de primeira instância em 25/10/2004 (fls. 44), o Contribuinte apresentou, em 15/11/2004, o recurso de fls. 27/30 no qual reitera, em síntese, as mesmas alegações e argumentos da Manifestação de Inconformidade.

O processo esteve na pauta de julgamento desta Quarta Câmara em 10/08/2005 ocasião em que o Colegiado decidiu converter o julgamento em diligência para que a unidade da Receita Federal informasse sobre a existência ou não de processo de pedido de restituição de Imposto de Renda relativamente às verbas de que trata este processo ou se a restituição fora recebida mediante declaração de rendimentos (Resolução n° 104-01.939, fls. 33/37).

Em atendimento à resolução a autoridade administrativa exarou o Parecer Conclusivo de fls. 43 no qual informa que inexistente processo de pedido de restituição e que a restituição de processou via DIRPF e, ainda, que o Contribuinte juntou documentos que comprovam a existência de PDV e de sua adesão ao programa.

É o Relatório.



Voto

Conselheiro PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA, Relator

O Recurso é tempestivo e atende aos demais requisitos de admissibilidade previstos na legislação que rege o processo administrativo fiscal. Dele conheço.

Fundamentação

Como se vê, a questão a ser decidida refere-se à definição do termo inicial para a incidência dos juros SELIC. Sustenta a decisão recorrida que a IN SRF nº 165, de 1997 não reconheceu a não incidência do IRPF sobre as verbas recebidas a título de adesão a PDV e, portanto, as regras aplicáveis ao imposto de renda retido na fonte devem ser as mesmas dos rendimentos em geral, isto é, o saldo a restituir deve ser devolvido com acréscimo de juros a partir do mês seguinte ao previsto para a entrega da declaração.

Com a devida vênia, divirjo desse entendimento. Primeiramente, ao contrário do que afirma o voto condutor da decisão recorrida, a IN/SRF nº 165, ao dispensar a constituição do crédito tributário, reconhece sim a não incidência do imposto sobre as verbas em questão. Tanto é assim, que é com fundamento nesse mesmo ato que as unidades da Secretaria da Receita Federal não só têm deixado de constituir crédito tributário com base nessas receitas, como têm reconhecido direitos creditórios de valores referentes a imposto retido na fonte incidente sobre tais verbas.

No que se refere à restituição, o faz com respaldo, também, no Ato Declaratório SRF nº 3, de 07/01/99 (DOU de 08/01/99), que dispõe:

II – a pessoa física que recebeu os rendimentos de que trata o inciso I, com desconto do imposto de renda na fonte, poderá solicitar a restituição ou compensação do valor retido, observado o disposto na Instrução Normativa SRF nº 21, de 10 de março de 1997, alterada pela Instrução Normativa SRF nº 73, de 15 de setembro de 1997.”

Ora, se a IN/SRF 165 não reconhecesse a não incidência, e não tivesse índole interpretativa, não poderia respaldar a restituição de imposto ou mesmo a não constituição do crédito tributário sobre as verbas do PDV. Aí sim o ato estaria extrapolando suas possibilidades normativas.

Eu não estou entre os que acham que as verbas recebidas a título de adesão a PDV, de trabalhadores sem direito a estabilidade no emprego, caracterize verba indenizatória e, portanto, no meu entendimento, estariam tais verbas sujeitas à incidência do imposto. Entretanto, reiteradas decisões judiciais em sentido contrário e o fato de a própria Administração ter formalmente reconhecido a natureza indenizatória dessas verbas, pôs fim a essa discussão.

Considerando-se a verba fora do campo de incidência do IRPF, a retenção do imposto sobre ela incidente caracteriza pagamento indevido, e, conseqüentemente, aplica-se a regra prevista no art. 39, § 4º da Lei nº 9.250, de 1995, com a alteração da Lei nº 9.532, de 1997, *verbis*:



Lei nº 9.250, de 26/12/1995

Art. 39. A compensação de que trata o art. 66 da Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, com a redação dada pelo art. 58 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, somente poderá ser efetuada com o recolhimento de importância correspondente a imposto, taxa, contribuição federal ou receitas patrimoniais de mesma espécie e destinação constitucional, apurado em períodos subseqüentes.

(...)

§ 4º A partir de 1º de janeiro de 1996, a compensação ou restituição será acrescida de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir da data do pagamento indevido ou a maior até o mês anterior ao da compensação ou restituição e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que estiver sendo efetuada. (sublinhei)

Lei nº 9.532, de 10/12/97

Art. 73. O termo inicial para cálculo dos juros de que trata o § 4º do art. 39 da Lei nº 9.250, de 1995, é o mês subseqüente ao do pagamento indevido ou a maior do que o devido.

O art. 896, do Regulamento do Imposto de Renda aprovado pelo Decreto nº 3000, de 26/03/1999 – RIR/99, abaixo transcrito, por sua vez, não deixa dúvida quanto ao termo inicial de aplicação dos juros em cada caso, a saber:

Art. 896. As restituições do imposto serão (Lei nº 8.383, de 1991, art. 66, § 3º, Lei nº 8.982, de 1995, art. 19, Lei nº 9.069, de 1995, art. 58, Lei nº 9.250, de 1995, art. 39, § 4º, e Lei nº 9.532, de 1997, art. 73):

I – atualizadas monetariamente até 31 de dezembro de 1995, quando se referir a créditos anteriores a essa data;

II – acrescidas de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, para títulos federais, acumulada mensalmente:

a) a partir de 1º de janeiro de 1996 a 31 de dezembro de 1997, a partir da data do pagamento indevido ou maior até o mês anterior ao da restituição e de um por cento relativamente ao mês em que estiver sendo efetuada;

b) após 31 de dezembro de 1997, a partir do mês subseqüente do pagamento indevido ou a maior até o mês anterior ao da compensação ou restituição, e de um por cento relativamente ao mês em que estiver sendo efetuada.

Parágrafo único. O valor da restituição do imposto da pessoa física, apurado em declaração de rendimentos, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do primeiro dia do mês subseqüente ao previsto para a entrega tempestiva da declaração de rendimentos até o mês

anterior ao da liberação da restituição e de um por cento no mês em que o recurso for colocado no banco à disposição do contribuinte (Lei n° 9.250, de 1995, art. 16, e Lei n° 9.430, de 1996, art. 62).

Entendo, portanto, que o imposto de renda retido na fonte sobre verbas recebidas a título de adesão a Programa de Demissão Voluntária – PDV caracteriza pagamento indevido, aplicando-se, no caso de restituição, a regra de acréscimo de juros prevista no art. 39, § 4º da Lei n° 9.250, de 1995, com a alteração introduzida pela Lei n° 9.532, de 1997.

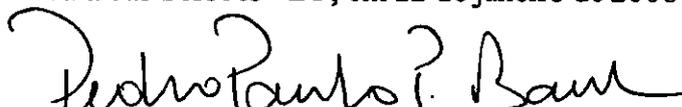
Essa, aliás, é a jurisprudência firme deste Conselho de Contribuinte. Como exemplos, menciono os Acórdãos n°. 104-19412, 104-19938, 104-19929, 104-19786, 102-46138, CSRF/01-04-896.

No presente caso, o Contribuinte pleiteou a restituição do imposto mediante apresentação da declaração, na qual consignou como rendimentos isentos ou não tributáveis os valores recebidos a título de incentivo por adesão ao PDV, tendo informado, também, no campo próprio, os valores retidos na fonte sobre essas verbas. A diligência confirmou que o Contribuinte recebeu rendimentos a título de incentivo por adesão a PDV. Portanto, o contribuinte já foi ressarcido do imposto retido indevidamente, acrescido de juros a partir do mês seguinte ao previsto para a entrega da declaração, restando-lhe receber os juros devidos entre o mês seguinte ao da retenção e o mês previsto para a entrega da declaração.

Conclusão

Em face do exposto, voto no sentido de dar provimento ao recurso, para que se proceda ao pagamento dos juros devidos entre o mês seguinte ao da retenção e o mês previsto para a entrega da declaração.

Sala das Sessões - DF, em 22 de janeiro de 2008


PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA